



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 54/2026
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 30/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 54/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS/RS

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, TERRA, ADUBO E DEMAIS ARTIGOS DE FLORICULTURA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS VASOS E ESPAÇOS INTERNOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRÊS PASSOS-RS.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

O presente termo de referência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, TERRA, ADUBO E DEMAIS ARTIGOS DE FLORICULTURA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS VASOS E ESPAÇOS INTERNOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRÊS PASSOS-RS**, visando atender às necessidades institucionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação baseia-se no Estudo Técnico Preliminar n.º 54/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de plantas ornamentais, terra e adubo, destinados à manutenção, reposição e composição dos vasos e espaços internos da Câmara Municipal de Vereadores de Três Passos-RS.

A aquisição das plantas ornamentais mostra-se necessária para a reposição de exemplares que não se adaptaram às condições de luminosidade de determinados ambientes da Câmara, bem como para o preenchimento dos vasos atualmente vazios, mediante a escolha de espécies compatíveis com as características de cada espaço.

A aquisição de terra e adubo, por sua vez, possibilitará a manutenção das plantas já existentes, considerando que parte dos vasos apresenta necessidade de reposição de terra e adubação, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento e conservação dos exemplares.

A solução contempla o fornecimento dos produtos em adequadas condições de conservação e utilização, observadas as especificações, quantidades e características estabelecidas pela Administração, bem como a entrega nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Três Passos-RS, sem custos adicionais para o Contratante.



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

Com a implementação da solução proposta, espera-se assegurar a adequada manutenção e conservação das plantas e vasos existentes, promover a reposição dos exemplares necessários e possibilitar o aproveitamento dos vasos atualmente vazios, contribuindo para a organização e conservação dos ambientes utilizados nas atividades legislativas, administrativas e institucionais da Câmara Municipal.

3.2. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com base no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, cujo critério de julgamento será do tipo **menor preço por item**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Objeto da Contratação:

A contratação será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, respeitados os limites legais e os requisitos formais da legislação vigente.

A medida visa atender à necessidade de manutenção, reposição e composição dos vasos e espaços internos da Câmara Municipal de Vereadores de Três Passos-RS, mediante o fornecimento de plantas ornamentais, terra e adubo, observadas as especificações, quantidades e características estabelecidas pela Administração.

4.2. Habilitação e Experiência

4.2.1. Os interessados deverão comprovar que exercem atividade econômica compatível com o objeto, mediante apresentação do **CNPJ atualizado** e documentação que demonstre a compatibilidade da atividade econômica desenvolvida com o fornecimento de plantas ornamentais, terra e adubo.

4.2.2. Deverão ser apresentados os documentos de **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista**, conforme aplicável à contratação e nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.3. Considerando a natureza e as características do objeto, **não será exigida comprovação de capacidade técnica por meio de atestado de experiência anterior**, por não se mostrar necessária à adequada execução da contratação.

4.2.4. Não será exigida a apresentação de registro, credenciamento ou licença específica para a execução do objeto, ressalvadas as autorizações e exigências legalmente aplicáveis à atividade desenvolvida pela empresa contratada.

4.2.5. A contratada deverá fornecer os produtos de acordo com as especificações estabelecidas pela Administração, em adequadas condições de conservação, qualidade e utilização, responsabilizando-se pela substituição daqueles que forem entregues em desconformidade com o objeto contratado, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

4.3. Do Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente

4.3.1. Após a homologação da dispensa de licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

4.3.2. O adjudicatário terá o prazo de **dois dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação que poderá ser feita por e-mail, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.3.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Câmara Municipal poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de dois dias, a contar da data de seu recebimento

4.3.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no termo de Referência.

4.3.6. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Câmara Municipal, previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

4.3.7. Previamente à contratação a Câmara Municipal realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

4.3.8. As condições de habilitação consignadas neste Edital, deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato.

4.3.9. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

4.3.10. Na hipótese de o vencedor do processo de dispensa de licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Câmara Municipal, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

4.3.11. Caso o adjudicatário não comprove as condições de habilitação ou se recuse a assinar o contrato, a Administração poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, após comprovação de habilitação e análise da proposta.

4.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

§ 1º São obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021; A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 2º São obrigações da contratada:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - I** - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
 - II** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - III** - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
 - IV** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
 - V** - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - VI** - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - VII** - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
 - VIII** - Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;
 - IX** - Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.



4.5. Valor, Custos e Pagamentos

O valor ofertado deverá contemplar todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, transporte, materiais, insumos, substituição de componentes, testes, lacres, etiquetas, encargos legais e demais despesas incidentes, vedada qualquer cobrança adicional posterior.

O pagamento será efetuado em **até 10 (dez) dias** após a entrega total do objeto, por empenho, mediante apresentação do documento fiscal correspondente ao objeto contratado e conferência e atestado de recebimento do objeto pelo fiscal do contrato.

§ 1º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

§ 2º Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

§ 3º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 4º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

4.6. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRAZO PARA ENTREGA:

O presente instrumento terá vigência pelo período de **30 (trinta) dias**, a contar de sua assinatura.

§ 1º O **prazo para entrega** dos itens é de **até 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da solicitação de fornecimento/empenho.

§ 2º Qualquer alteração no prazo suprarreferido dependerá de prévia aprovação, por escrito, do Contratante.

4.7. REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO:

O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado, mediante solicitação do contratado.

§ 1º Para fins de reajuste, levar-se-á como data base a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

§ 2º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 3º O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

§ 5º A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário,



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

- a) evento futuro e incerto;
- b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;
- c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
- d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;
- e) modificação consubstancial nas condições contratadas;
- f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.
- g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

§ 6º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência deste instrumento e antes de eventual prorrogação.

§ 7º A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura deste instrumento planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.

§ 8º Solicitada repactuação ou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o contratante obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

§ 9º O não cumprimento do prazo constante no item § 8º desta cláusula não implica em deferimento do pedido por parte do contratante. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

4.8. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Para a presente contratação não haverá exigência de garantia de execução tendo em vista que o objeto somente será pago após a sua entrega.

4.9. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:

A empresa CONTRATADA se compromete a executar o contrato de acordo com as disposições do Edital e em conformidade com as cláusulas constantes neste instrumento e a prestar a garantia do objeto pelo prazo de seis meses a contar da entrega. No caso da garantia ser acionada deverá ser prestada no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento da solicitação. O descumprimento da garantia acarretará aplicação das penalidades previstas no edital e contrato por descumprimento de cláusula do edital. As penalidades neste caso poderão ser aplicadas ainda que o prazo de vigência contratual esteja exaurido, fato que não poderá ser alegado pela contratada, pois de conhecimento prévio.

4.9.1. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

§ 1º Das Infrações Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:



- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- h) apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- l) pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I- advertência, para a infração prevista na alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- multa, nas modalidades:

1. Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas alíneas “a” até “m”.
2. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “b” até “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “h” até “m”.

§ 3º Da Aplicação das Sanções

I. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida a título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

II. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.



III. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

IV. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

VI. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

§ 4º Da execução da garantia contratual

O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

I. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial. Esgotados o prazo para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados neste item, sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

4.10. Gestão e Fiscalização

Conforme Portaria nº 05/2022, a fiscalização do contrato ficará a cargo da servidora designada:

- **Gestor do Contrato:** Dauri Morgenstern (ou substituto designado);
- **Fiscal do Contrato:** Andrieli Camila Hepp.

Compete aos responsáveis acompanhar, registrar e certificar todas as etapas da execução, observando a conformidade com o Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do objeto dar-se-á mediante a contratação de empresa especializada para o fornecimento de plantas ornamentais, terra e adubo, observando-se as condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

O fornecimento será realizado conforme os itens contratados, compreendendo a entrega dos produtos devidamente acondicionados e em adequadas condições de conservação, qualidade e utilização.

As plantas ornamentais deverão ser fornecidas em condições adequadas de conservação e desenvolvimento, livres de pragas, doenças, danos ou outras condições que comprometam sua utilização, observadas as características e especificações estabelecidas para cada item. A terra e o adubo deverão ser fornecidos em condições adequadas de utilização e de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência.



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

A entrega deverá ocorrer nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Três Passos-RS, em horário de expediente, no prazo estipulado neste Termo de Referência, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

O recebimento do objeto será realizado no ato da entrega, mediante conferência das quantidades, condições de conservação e conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas, ficando o recebimento definitivo condicionado ao aceite pelo servidor responsável pela fiscalização.

Caso seja constatada qualquer irregularidade, dano, inadequação ou desconformidade dos produtos fornecidos, a Contratada deverá promover a substituição dos itens, no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional para a Câmara Municipal.

A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor designado pela Administração, cabendo-lhe acompanhar o recebimento dos produtos, verificar o atendimento das especificações contratadas e atestar a regular execução para fins de pagamento.

O pagamento será efetuado após o recebimento e o ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato, observadas as condições e os prazos estabelecidos pela Administração Pública e pela legislação vigente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A gestão e fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto na Resolução de Mesa n.º 5, de 12 de janeiro de 2024, que regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Três Passos, as funções essenciais a que se refere a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

A CONTRATANTE terá o prazo de **até 10 (dez) dias** para o pagamento, a contar da data de entrega dos objetos da presente contratação e apresentação da nota fiscal.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO:

Conforme proposto no Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório, cujo critério de julgamento será o **menor preço por item**, na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 30/2026.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO:

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 2.104,42 (dois mil, cento e quatro reais e quarenta e dois centavos)**, conforme estudo técnico preliminar elaborado anteriormente ao presente termo.

MATERIAIS A SEREM CONTRATADOS					
ITENS	DESCRIÇÃO	MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

01	Vaso plástico interno/preto com prato. Tamanho: 21x20 - compatível com vaso ornamental de aproximadamente 21 cm de diâmetro x 71 cm de altura.		07 unid.	R\$ 25,21	R\$ 176,47
02	Vaso plástico interno/preto com prato. Tamanho: 26x27 - compatível com vaso ornamental de aproximadamente 31 cm de diâmetro x 56 cm de altura.		05 unid.	R\$ 28,29	R\$ 141,45
03	Vaso plástico interno/preto com prato. Tamanho: 34x30 - compatível com vaso ornamental de aproximadamente 38 cm de diâmetro x 88 cm de altura , acompanhado de prato compatível.		03 unid.	R\$ 38,66	R\$ 115,98
04	Planta ornamental para ambiente interno, com necessidade de boa luminosidade/sol pleno , sendo aceitas espécies Areca-bambu ou Chamaedorea , em tamanho compatível com os vasos ornamentais disponíveis.		02 unid.	R\$ 118,34	R\$ 236,68
05	Ficus lyrata , para ambiente interno, em tamanho compatível com os vasos ornamentais disponíveis.		02 unid.	R\$ 202,67	R\$ 405,34



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

06	Cróton , para ambiente interno, em tamanho compatível com os vasos ornamentais disponíveis.		01 unid.	R\$ 88,67	R\$ 88,67
07	Cipreste-vela. Tamanho mínimo: 1 Metro		05 unid.	R\$ 96,67	R\$ 483,35
08	Terra para plantio , própria para plantas ornamentais. Saco de 25kg.		04 unid.	R\$ 26,82	R\$ 107,28



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

09	Adubo para plantas ornamentais , adequado às espécies fornecidas e às plantas já existentes. Pacote de 1kg		01 unid.	R\$ 43,74	R\$ 43,74
10	Filtro/manta para drenagem de vasos , adequado para utilização nos vasos ornamentais.		2 metros	R\$ 10,38	R\$ 20,76
11	Argila expandida , própria para utilização em vasos e drenagem. Saco de 50lts		03 unid.	R\$ 68,25	R\$ 204,75



Câmara Municipal de Três Passos
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal

12	Prato para vaso ornamental , com aproximadamente 30 cm de diâmetro, confeccionado em material resistente e adequado para utilização sob vasos, destinado à coleta de água e proteção da superfície. Na cor: MARROM		03 unid.	R\$ 26,65	R\$ 79,95
Valor total: R\$ 2.104,42 (dois mil, cento e quatro reais e quarenta e dois centavos)					

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária vigente:

Órgão: Câmara Municipal de Vereadores de Três Passos-RS.

Unidade: 01 - Secretaria da Câmara.

Projeto/atividade: 2149 – Manutenção das atividades do Poder Legislativo

Elemento: 3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de consumo

Três Passos, 28 de setembro de 2026.

Emanuelle Cavalcante Carvalho Petrazzini
Diretora Geral